

Prêmio Viva: Amelinha Teles batalha pela ampliação de todos os direitos das mulheres

Uma das principais feministas da América Latina, Amelinha formou 5 mil promotoras populares para divulgar as conquistas legais obtidas pelas mulheres. Elas ainda ensinam as brasileiras a se defender acessando a Justiça

[\(Marie Claire, 12/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Na luta pelos direitos civis, **Maria Amélia de Almeida Teles**, mais conhecida como Amelinha, 74 anos, sempre se colocou entre os combatentes da primeira fileira. Na ditadura militar, instaurada em 1964, foi presa política, junto com o marido, César, e torturada cruelmente. Os algozes levaram seus dois filhos pequenos para vê-la completamente desfigurada pelas agressões. Resiliente, mais tarde tornou-se membro incansável da Comissão da Verdade, que apurou os crimes cometidos nos anos de chumbo.



Bacharel em direito, tem atuação marcante na defesa das brasileiras. Fundou há 34 anos a União de Mulheres de São Paulo, e, em 1987 e 1988 participou do lobby do batom, um marco histórico e civilizatório. Tratava-se de uma pressão que feministas de todo país fizeram sobre os parlamentares para que incluíssem avanços na Constituição que estavam elaborando. O Lobby do batom conseguiu aprovar 80% das reivindicações das mulheres para ampliar direitos civis, econômicos e sociais. “Pela primeira vez uma constituição colocou, com todas as letras em seu artigo 5º, que homens e mulheres são iguais”, diz Amelinha.

Mas não é dormir sobre conquistas. De que adiantariam direitos na letra, se não fossem efetivamente aplicados? As mulheres tinham de brigar por isso. Amelinha encabeçou o lançamento, em 1994, do projeto Promotoras Legais Populares (PLPs). “Formamos mulheres para entender as leis, valorizar o direito, ampliá-lo e aprender o caminho de acesso à justiça”, explica. “Elas se tornam multiplicadoras desses conhecimentos na família, escola, igrejas e nas comunidades”. O curso prevê encontros semanais, por um ano, é ministrado na Câmara Municipal, e transmitido pela internet. “Nós o levamos até a presídios femininos de São Paulo e de Campinas”, diz Amelinha. “A metodologia se espalhou e hoje a formação acontece em várias cidades do país.” **Impacto:** Só no Estado de São Paulo, foram formadas mais de 5 mil mulheres, de 25 municípios.

O trabalho ganhou mais urgência quando entrou em vigor a Lei Maria da Penha (LMP). Era preciso divulgar a novidade, explicar cada artigo e os desdobramentos da lei. Numa parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a ong de Amelinha criou o projeto Maria, Marias. “Nas aulas-debates destrinchamos a LMP. Em geral, o curso é procurado por pessoas que trabalham na rede de proteção”, conta a finalista de Sociedade Civil. Uma vez por ano, ela comanda o “Abraço solidário às mulheres em situação de violência”. É uma celebração da vitória na frente do Tribunal de Justiça de São Paulo, em delegacias de defesa da mulher ou outro equipamento da rede de apoio.